

“Empréstimo vai garantir acordo”

O Brasil está negociando, com os governos membros do Clube de Paris, a concessão de empréstimos que sirvam de garantia para o acordo a ser firmado com os bancos privados. A principal fonte, segundo o presidente do Banco Central, Francisco Gros, é o Eximbank do Japão, que tem uma linha de crédito especial para esse tipo de garantia.

Gros deu entrevista após explicar os termos da negociação com o Clube à Comissão de Economia e Finanças do Senado, a quem compete ratificar os acordos externos assinados pelo Brasil, conforme a Constituição. Dos senadores presentes, apenas Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mário Covas (PSDB-SP) se opuseram aos resultados conseguidos pelo Brasil no dia 26 de fevereiro. Suplicy teme o aumento da expansão monetária para a compra de moeda estrangeira, devido ao grande volume de pagamentos — US\$ 4,1 bilhões — prometidos para 1992 e 1993.

A preocupação de Mário Covas é que o Governo não respeite o limite mínimo de divisas cambiais em caixa fixado pela Resolução nº 82/90, do Senado Federal: quatro meses de importação. Gros garantiu aos dois parlamentares que não haverá expansão monetária nem falta de divisas. Segundo o presidente do BC, o Governo estipulou o valor de US\$ 11 bilhões como sua capacidade de pagamento ao Clube de Paris e aos bancos privados entre 1992 e 1993. Desse total, US\$

4,1 bilhões já foram prometidos ao Clube de Paris e os US\$ 6,9 bilhões restantes serão reservados para pagamentos aos bancos.

O maior problema, contudo, é encontrar garantias que satisfaçam os bancos. Até pouco tempo atrás, o Brasil estava disposto a oferecer US\$ 2 bilhões contra a exigência dos bancos de receberem US\$ 5 bilhões. Para se chegar a um meio termo, os bancos estão dispostos a recuar do seu pedido, mas o Brasil terá de acrescentar algo à sua proposta, o que exigirá recursos não só do Fundo Monetário Internacional, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, mas também das agências vinculadas ao Clube de Paris.

Gros destacou também que o Brasil vai oferecer aos bancos a possibilidade de converter, sem descontos, os títulos de dívidas externas contraídas pelo País com os bancos depois a partir de 1988. Isso poderá funcionar como um atrativo para os bancos, que até agora não quiseram participar da privatização com títulos de dívidas anteriores a esse período. O BC e o BNDES ainda estão discutindo, segundo Gros, a possibilidade de realizar leilões de deságio para a utilização desses títulos.

Até hoje, a Presidência da República deverá enviar oficialmente os termos do acordo do Brasil com o Clube de Paris para exame do Senado Federal. Uma cópia da ata do acordo, no entanto, foi entregue ontem por Gros aos senadores.



Gros disse que está negociando com o Eximbank do Japão, que possui linha de crédito específica

Stuckert Filho